



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14921 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - XVII Reunião Regional da ANPEd Centro-oeste (2024)
 ISSN: 2595-7945
 GT 05 - Estado e Política Educacional

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DA EJA NO IFG
 Raissa Regis da Silva - IFG- Instituto Federal de Goiás
 Mad Ana Desirée Ribeiro de Castro - INSTITUTO FEDERAL DE GOIÁS - IFG

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE INCLUSÃO DIGITAL E A FORMAÇÃO DOS ESTUDANTES TRABALHADORES DA EJA NO IFG

As tecnologias digitais têm tido um papel cada vez mais significativo em nossa sociedade, tornando-se elementos essenciais que permeiam e moldam diversos aspectos da vida diária.

Segundo Bonilla e Pretto (2011), o acesso e uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicações (TDICs) compõem o rol dos direitos humanos na sociedade contemporânea, pois através das tecnologias se desenvolvem e interagem processos sociais, econômicos, políticos, culturais e subjetivos. O acesso equitativo às tecnologias e seu uso completo são essenciais para garantir direitos humanos, cidadania e a formação de "novos direitos" na sociedade contemporânea. Assim, ser incluído digitalmente é uma necessidade e um direito.

Porém, o acesso equitativo e a capacidade de utilizar as tecnologias digitais não são garantidos para todos na sociedade. Quando direcionamos nosso olhar para os estudantes trabalhadores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fica evidente que a inclusão digital representa um desafio. Isso se deve ao fato de que este público é historicamente excluído pelo sistema educacional e muitas vezes pertencente a camadas socioeconômicas menos favorecidas, enfrenta dificuldades para adquirir e utilizar efetivamente recursos tecnológicos.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo geral compreender a relação entre as políticas de inclusão digital e a formação dos estudantes da EJA no IFG Campus Aparecida de Goiânia. Visando compreender as políticas públicas de inclusão digital e o acesso ao conhecimento das tecnologias, analisar as experiências dos estudantes da EJA com as tecnologias nas disciplinas e analisar a relação dos conhecimentos das tecnologias com o trabalho profissional dos estudantes da EJA.

O método, materialismo histórico dialético, será utilizado nesta pesquisa, pois possibilita uma compreensão da realidade, aprofundando nas estruturas econômicas, políticas e culturais com uma análise crítica e abrangente da sociedade. Assim, será feita uma pesquisa bibliográfica para traçar o estado do conhecimento e apreensão dos conceitos relevantes para o estudo, a pesquisa documental nas políticas de inclusão digital, e a pesquisa de campo para entrevistar os estudantes trabalhadores da EJA.

A inclusão digital, de acordo com Castells (2013), não se limita apenas ao acesso físico às tecnologias, como computadores e internet, mas também envolve habilidades digitais, compreensão e capacidade de utilizar essas tecnologias de forma significativa.

Segundo Bonilla e Pretto (2011), a inclusão digital contribui “para que os sujeitos se articulem ativamente nas dinâmicas sociais contemporâneas, através das tecnologias, para gerar as transformações necessárias às suas demandas sociais, culturais e políticas”. Os autores destacam a importância da escola nesse contexto, considerando-a como o principal ambiente para promover a inclusão digital.

Em 2023, a educação digital foi incluída como mais uma garantia do Estado com relação a educação brasileira, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (Lei nº 9.394/96), por meio da inclusão do inciso XII no Artigo 4º, que além de prover conectividade de alta velocidade em todas as instituições públicas de educação básica e superior, bem como o desenvolvimento de competências em letramento digital para jovens e adultos (Brasil, 1996).

Além disso, foi instituída a Política Nacional de Educação Digital, pela Lei nº 14.533 de 11 de janeiro de 2023, que possui 4 eixos estruturantes: Inclusão Digital; Educação Digital Escolar; Capacitação e Especialização Digital; Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) em Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) (Brasil, 2023).

Ao analisar as Políticas Públicas sob a lente do materialismo histórico dialético, é importante não apenas tratá-las como elementos isolados, mas sim compreendê-las como produtos e reflexos de um contexto. Elas não surgem de maneira isolada, mas são moldadas e influenciadas pelo contexto mais amplo em que surgem, refletindo e respondendo às dinâmicas sociais, políticas e econômicas. Ao compreendê-las dentro dessa totalidade social, somos capazes de capturar sua verdadeira essência e significado, além de reconhecer as interconexões e interdependências que permeiam sua formulação, implementação e impacto (Gomide e Jacomeli, 2016).

De acordo com Boschetti (2009), ao analisar uma política pública, é importante levar em consideração a concepção de Estado e de política social que determina o resultado da política, em que medida a política amplia direitos sociais, se reduz as desigualdades sociais e propicia a equidade.

As políticas públicas são como estratégias para um determinado modelo de sociedade e suas características estão ligadas aos interesses estratégicos de hegemonia. Em sociedades regidas pelo neoliberal, como é o caso do Brasil, as políticas públicas educacionais muitas vezes refletem os interesses da classe dominante, buscando facilitar a acumulação de capital, fortalecer as instituições favoráveis ao mercado e formar mão-de-obra para o mercado de trabalho em detrimento de uma emancipação humana.

Palavras chaves: Políticas Educacionais; Inclusão Digital; Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei no 14.533, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis no s 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Diário Oficial da União, Brasília, 11 jan. 2023.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca. Inclusão digital: polêmica

contemporânea - Salvador: EDUFBA, 2011. v. 2. 188 p.

BOSCHETTI, Ivanete. Avaliação de políticas, programas e projetos sociais. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS, ABEPSS, 2009.

CASTELLS, Manuel. A sociedade em rede. 21. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.

GOMIDE, Denise Camargo; JACOMELI, Mara Regina Martins. O método de Marx na pesquisa sobre políticas educacionais. Políticas Educativas, Santa Maria, v. 10, n. 1, p. 64-78, 2016.